

ANTROPOLOGIA, GÊNERO E REGIÃO: UM BREVE BALANÇO DO NARRAR CIENTÍFICO DA DISCIPLINA NO BRASIL

Rita de Cássia Melo Santos¹

 <https://orcid.org/0000-0001-9368-6176>

Mércia Rejane Rangel Batista²

 <http://orcid.org/0000-0003-4995-1117>

RESUMO

Este artigo pretende refletir sobre a construção narrativa da institucionalização da Antropologia no Brasil, a partir de uma dimensão de gênero e região. Sabe-se que a inserção da Antropologia no sistema universitário brasileiro se deu a partir de fins da década de 1960 e provocou uma inversão do seu lugar de produção. Dos museus, centros médicos e jurídicos, conformou-se cada vez mais um espaço independente, concentrado nas pós-graduações localizadas nas regiões Sudeste e Centro-Oeste do país. Apesar da visibilidade e da importância científica dessa produção, ela seguiu coexistindo com a inserção da disciplina em cursos mistos (sobretudo de ciências sociais) e outros institutos que subsistiram ao longo do tempo. Foi nesses espaços que jovens pesquisadoras formadas naqueles programas iniciaram sua trajetória profissional, permanecendo, em alguns casos, por décadas seguidas e estabelecendo o solo sobre o qual se expandiu a pós-graduação e as graduações em antropologia a partir dos anos 2010. Nesse sentido, buscaremos, num primeiro momento, revisar a literatura antropológica que narra a história da disciplina, destacando suas principais questões e conteúdos abordados. E, a partir do material apresentado neste dossiê e em outras fontes de consulta, procuramos mostrar como os percursos narrativos, até aqui estabelecidos, implicam um caminho que pode ser pensado como estratégia a ser discutida.

Palavras-chave: Antropologia, Gênero, Região.

ANTHROPOLOGY, GENDER AND REGION: A BRIEF REVIEW OF SCIENTIFIC NARRATING OF SUBJECT IN BRAZIL

ABSTRACT

This article intends to reflect on the narrative construction of the institutionalization of Anthropology in Brazil, from a gender and regional dimension. It is known that the insertion of Anthropology in the Brazilian university system started at the end of the late 1960s and caused an inversion of its place of production. From museums, medical and legal centers, it increasingly became an independent space, concentrated in postgraduate courses located in the Southeast and Midwest regions of the country. Despite the visibility and scientific importance of this production, it continued to coexist with the inclusion of the discipline in mixed courses (especially in social sciences) and other institutes that have survived over time. It was in these spaces that young researchers trained in those programs began their professional trajectory, remaining, in some cases, for decades at a time and establishing the ground on which postgraduate and undergraduate studies in anthropology expanded from the 2010s onwards. We will seek, at first, to review the anthropological literature that narrates the history of the discipline, highlighting its main issues and contents addressed. And, based on the material presented in this dossier and in other sources for consultation, we seek to show how the

¹ Doutora em Antropologia Social. Professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: santos.cm.rita85@gmail.com.

² Doutora em Antropologia Social. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: mercia.batistal@gmail.com.

narrative paths, established so far, imply a path that can be thought of as a strategy to be discussed.

Keywords: Antropologia, Gênero, Região.

RESUMEN

Este artículo pretende reflexionar sobre la construcción narrativa de la institucionalización de la Antropología en Brasil, desde una dimensión de género y regional. Se sabe que la inserción de la Antropología en el sistema universitario brasileño se inició a fines de la década de 1960 y provocó una inversión de su lugar de producción. Desde museos, centros médicos y legales, se fue convirtiendo cada vez más en un espacio independiente, concentrado en cursos de posgrado ubicados en las regiones Sudeste y Centro Oeste del país. A pesar de la visibilidad e importancia científica de esta producción, siguió conviviendo con la inclusión de la disciplina en cursos mixtos (especialmente en ciencias sociales) y otros institutos que han sobrevivido en el tiempo. Fue en estos espacios donde los jóvenes investigadores formados en dichos programas iniciaron su trayectoria profesional, manteniéndose, en algunos casos, por décadas y sentando las bases sobre las cuales se expandieron los estudios de posgrado y grado en antropología a partir de la década de 2010 en adelante. En este sentido, buscaremos, en un primer momento, revisar la literatura antropológica que narra la historia de la disciplina, destacando sus principales temáticas y contenidos abordados. Y, a partir del material presentado en este dossier y en otras fuentes de consulta, buscamos mostrar cómo los caminos narrativos, establecidos hasta ahora, implican un camino que puede pensarse como una estrategia a discutir.

Palabras clave: Antropología, Género, Región.

INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende fornecer um panorama dos modos como a institucionalização da Antropologia no Brasil tem sido narrada, a partir de um enfoque de gênero e região. A dupla ênfase, de região e de gênero, busca destacar uma perspectiva pouco usual dentro do campo da história da disciplina que tem, por um lado, privilegiado sua origem com a profissionalização da disciplina no Brasil a partir de sua virada para a Antropologia Social, via programas de pós-graduação em fins da década de 1960 e início dos anos de 1970, com grande concentração nas regiões Sudeste e Centro-Oeste do país. E, por outro lado, essas leituras, quando consideram a participação de antropólogos do Nordeste, tem dado excessiva visibilidade a homens, tais como, Nina Rodrigues, Gilberto Freyre, Arthur Ramos, Carlos Estêvão, Thales de Azevedo, entre outros. Essa perspectiva centrada no grande eixo Sul do país e com grande concentração de antropólogos homens produziu uma segunda classe de Antropologia associada às mulheres antropólogas na região.

As mulheres antropólogas e seus trabalhos são vistos em geral como menos científicos. Esse argumento encontra reforço na ideia de que a Antropologia praticada por elas se enquadraria no padrão de estudos folclóricos, de cunho pessoal e mais distantes dos pressupostos do método etnográfico e sua definição de ciência, e, portanto, afastado dos

critérios do que seria a boa Antropologia. Convém destacar que naquele momento a Antropologia Social e/ou Cultural era um campo em expansão no Brasil, sendo a sua consolidação somente alcançada duas décadas depois. Portanto, considerar, hoje, retroativamente, uma história triunfalista daquela perspectiva é tomar uma perspectiva anacrônica da história da disciplina no país, além de desconsiderar argumentos que parecem apenas constar. Às mulheres cabiam acumular os papéis e as atribuições de esposa e mães, os esforços em, a partir dessa condição, se inserirem em cursos de formação no nível da pós-graduação (existentes apenas na região sudeste ou no exterior), aliado ao tempo e condições necessárias à realização de pesquisas em contextos de deslocamentos geográficos. A negligência desses aspectos possibilitou certa tranquilidade para narrar o campo sem que se refletisse sobre obstáculos e também com menos valorização das mulheres profissionais, então destinadas a ocupar posições secundárias no campo científico, muitas vezes em regiões de fronteiras consideradas “pouco antropológicas”.

Nesse sentido, buscaremos, num primeiro momento, revisar a literatura antropológica que narra a história da disciplina, destacando suas principais questões e conteúdos abordados. Em seguida, a partir do material apresentado neste dossiê e em outras fontes de consulta, refletiremos sobre os espaços de produção de ciência que essas mulheres ocuparam. E retomaremos, nas considerações finais, as contribuições advindas desse revisitar o campo, partindo de um olhar situado no Nordeste do Brasil, feito por duas antropólogas de gerações distintas.

ANTROPOLOGIA NO BRASIL - DUAS ORIGENS EM DESALINHO

Um dos atores fundamentais para a compreensão do desenvolvimento da Antropologia no Brasil é Luís de Castro Faria (1913-2004). Ele demarcou um horizonte importante tanto na narrativa sobre a história da disciplina, quanto no processo de sua institucionalização, sendo a sua própria trajetória testemunho desse processo. O seu momento iniciático na disciplina se deu em 1936, quando ingressou no Museu Nacional, na qualidade de “praticante gratuito”, logo depois se convertendo em “assistente voluntário” e “naturalista” do Setor de Etnologia e Etnografia da instituição. Ali, pôde trabalhar com Heloisa Alberto Torres e Raimundo Lopes, e conviver com a memória da atuação de Edgar Roquette-Pinto, que havia deixado o Museu Nacional pouco antes (Almeida, 2006, p.102-3).

Em 1938, acompanhou o antropólogo francês Claude Lévi-Strauss em sua expedição à Serra do Norte, na função de fiscal do “Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas”. Dessa expedição, resultou o livro “Um outro olhar” (Castro Faria, 2001),

publicado já nos últimos anos de sua vida e mais de 60 anos depois da expedição. Entre os dois momentos, Castro Faria desempenhou um importante papel na estruturação da disciplina. Sendo o primeiro presidente efetivo da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) no biênio 1955/57, junto com Darcy Ribeiro (1922-1997) e Roberto Cardoso de Oliveira (1928-2006)³; e, pela segunda vez, durante os anos de 1978/80, junto com Yonne de Freitas Leite e Alba Zaluar.

Entre suas gestões, foi responsável pela estruturação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social no Museu Nacional, a partir de 1968, junto com Roberto Cardoso de Oliveira e Maybury-Lewis. E, durante todo o período, constituiu um campo próprio de atuação com a realização regular de seminários denominados “a quem interessar possa”, e de disciplinas como “Antropologia Econômica” e “Pensamento Social Brasileiro”, esta última formadora de uma geração de atuantes antropólogos brasileiros.

Aqui, indagamos os principais escritos de Castro Faria, buscando entrever o longo processo de formação da Antropologia no Brasil. Segundo a cronologia proposta por seus estudos, poderíamos datar um grande arco que vai de 1860 a 1960, como o período de inserção, consolidação e finalização da Antropologia – sem adjetivos. O modo como denominava a Antropologia Física e que se tornou a primeira referência de trabalhos no campo. Esse longo século está demarcado entre as influências da Antropologia Física francesa até a sua retirada dos currículos da graduação (Castro Faria, 1952; 1998 [1963]). Cabe destacar que autores com carreiras contemporâneas à de Castro Faria, como Roberto Cardoso de Oliveira (2018 [1985]) e Roque Laraia (2017), tendem a estabelecer a origem da Antropologia no Brasil a partir do século XX, evidenciando a separação considerada entre a Antropologia Física e a Antropologia de base cultural e/ou social.

O próprio Castro Faria era um autor bastante crítico de lembranças e reconstruções históricas. Em seu texto “Antropologia: duas ciências” (Castro Faria, 2006), já avisava de antemão ao leitor que não se interessava por realizar uma busca das origens, seguir fio da história e tampouco de fazer rol de ideias era improdutivo. Para ele sua busca estava centrada em compreender como um novo saber, a Antropologia, se constituiu. Considerando a existência de duas disciplinas, uma Antropologia vinculada à dimensão biológica e outra de base social e/ou cultural, Castro Faria aponta o Museu Nacional como a instituição mais empenhada no desenvolvimento da primeira (Castro Faria, 2006, p.18). Em relação aos estudos ligados ao

³ Cabe destacar que Darcy Ribeiro e Roberto Cardoso de Oliveira são de gerações e formações distintas. Darcy Ribeiro constitui a geração pioneira na graduação em ciências sociais e Roberto Cardoso de Oliveira foi um filósofo convertido ao campo da etnologia indígena justamente por sua aproximação com Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro. Castro Faria, por sua vez, responde por uma formação múltipla, transitando por diferentes áreas do conhecimento.

domínio cultural e social, Castro Faria é bastante rigoroso em avaliá-los desde uma perspectiva crítica.

Chama especial atenção neste artigo suas críticas sobre o campo de estudos folclóricos. Segundo o autor, os esforços empreendidos pelo folclorismo consistiam num processo de colecionamento inócuo e centrado no exotismo. Com foco em juntar peças e objetos, pouco conhecimento foi produzido através do vasto acervo e das muitas exposições realizadas. Reconhece a contribuição de Câmara Cascudo, mas o critica diretamente por ter realizado pesquisas indiretas, levando o seu material a carecer de uma revisão crítica. Fruto de uma palestra realizada em 1995, para um público composto por historiadores da ciência, Castro reiterava as críticas já consolidadas no final desse século. É preciso refletir criticamente sobre o processo de colecionamento, e ter em vista que o método etnográfico pressupõe uma relação direta com a comunidade pesquisada, dispensando o uso do gabinete.

Os escritos de Castro Faria permaneceram por muito tempo não publicados. Isso dificultou a repercussão de suas interpretações para um público mais vasto. Contudo, conhecer a posição do autor sobre o campo e como ele se constituiu permite entrever aquilo que circulava mais intimamente nos cursos de formação que constituíram o primeiro corpus de antropólogos pós-graduados do Brasil. Assim, a leitura do texto “Um sábio maranhense no Museu Nacional” (Castro Faria, 2010), elaborado em 1957, dá uma ideia de como ele entendia a circulação de intelectuais e da primeira geração de cientistas entre as décadas de 1920 e 1940. No texto, o autor destaca a importância de Raimundo Lopes, sobretudo a partir da atitude científica que compartilhava entre os jovens estagiários do Museu Nacional. Estabelecido como um dos discípulos de Roquette-Pinto, Raimundo Lopes teve sua trajetória limitada devido ao cargo ocupado até 1936, como sub-ajudante técnico, de modo que os seus trabalhos de campo se tornam possíveis somente após a sua mudança de categoria.

No texto “A Antropologia no Brasil e na tradição do Museu Nacional” (1998 [1942]), Castro Faria aponta que “os estudos de Antropologia no Brasil só poderiam tomar vulto quando, como consequência quase direta da influência exercida na segunda metade do século XIX pela Sociedade de Antropologia de Paris, foi criada no Museu Nacional uma seção de Antropologia, Zoologia Geral e Aplicada, Anatomia Comparada e Paleontologia Animal, pela reforma promovida em 1876 por Ladislau Neto” (p.16).

A avaliação de Castro Faria (1998 [1942], p.24) sobre o período de formação da Antropologia no Brasil, entre 1871 e 1922, é bastante contundente, “fora do Museu Nacional quase nada foi feito”. Seus comentários seguem afirmativos: “Tanto com relação à antropologia física, cujo desenvolvimento no Brasil estamos procurando esboçar, quanto com relação à antropologia cultural, o papel do Museu foi decisivo.” Fora do Rio de Janeiro, Castro Faria

destaca, os trabalhos de Júlia de Magalhães, sobre a moça Mineira, em Minas Gerais; o trabalho sobre desenvolvimento físico na idade escolar, de Moncau Júnior, em São Paulo; ainda em São Paulo, o trabalho de Lacaz de Moraes sobre antropometria constitucional de brancos nativos; e, ainda, os trabalhos de Barbosa de Barros, P. Bielik e R. Locchi sobre anatomia étnica (Castro Faria, 1998 [1942], p.25).

Em 1963, cerca de duas décadas depois da publicação do texto anterior, Castro Faria promoveu uma reflexão de balanço da Antropologia Brasileira. Nesse trabalho, o autor já avaliava o campo de modo diferente. O próprio corpo de convidados já se mostrava mais alargado que a avaliação feita anteriormente, com convidados vindos “do Pará, de Pernambuco, da Bahia, de São Paulo, das Minas Gerais, deste Distrito Federal [na época a cidade do Rio de Janeiro]” (Castro Faria, 1998 [1963], p.27).

A análise da primeira década da Reunião Brasileira de Antropologia considerava quatro áreas principais: Arqueologia, Etnologia, Linguística e Antropologia Biológica. Em cada uma dessas áreas, Castro Faria se debruçou em avaliar e apontar os avanços decorridos nos últimos dez anos, fornecendo um interessante arranjo de como estavam sendo desenvolvidos os trabalhos nos quatro campos.

Em relação à Arqueologia, destacava o crescimento dos trabalhos realizados em Belém, Curitiba e Rio de Janeiro, organizados a partir dos núcleos de pesquisa estabelecidos, respectivamente, no Museu Goeldi, no Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia do Paraná e no Museu Nacional (Castro Faria, 1998 [1963], p.27-8). Para o autor, passada a primeira década, a arqueologia havia se equiparado aos demais ramos de estudo antropológico. Tendo como fator limitante apenas a escassez de recursos financeiros, fator fundamental frente às demandas da área.

Ao analisar a etnologia nesse mesmo período, Castro Faria não busca avaliar o conjunto da produção brasileira, mas, ao seu contrário, denunciar a insuficiência de quadros, e ainda avalia que deveria haver pelo menos dez vezes mais etnólogos dedicados ao estudo das populações indígenas brasileiras. A via, segundo o autor, deveria ser a expansão da presença da etnologia nos cursos regulares de filosofia, além da republicação de obras clássicas. Aponta ainda para a insuficiência dos órgãos de proteção, como o Conselho Nacional de Proteção aos Índios, e exalta a necessidade de convertê-lo em um “programa inteligente e atuante da ação” (Castro Faria, 1998 [1963], p.35).

Em relação à linguística, Castro Faria destaca o grande crescimento da área em associação com o *Summer Institute of Linguistics*, através de convênio assinado, em 1959, com o Setor Linguístico da Divisão de Antropologia do Museu Nacional, estruturado no ano anterior. O convênio estabelecido em 4 anos (de 1959 a 1963) colocou em campo 27 equipes

de trabalho que passaram a investigar e sistematizar mais de três dezenas de línguas indígenas no Brasil. Excetuando o trabalho de grande vulto desenvolvido pelo *Summer Institute of Linguistics*, Castro Faria aponta a existência de três núcleos onde a disciplina de linguística era obrigatória: na Faculdade Nacional de Filosofia, na Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná e no Museu Nacional. Em 1963, o ensino de Linguística passou a figurar no currículo mínimo de todos os cursos de Letras, fazendo com que o número de professores saltasse de 2 para 80, estabelecendo definitivamente um campo de trabalho no Brasil (Castro Faria, 1998 [1963], p.44).

Castro Faria se empenha em construir uma rota alternativa para manutenção da disciplina nos cursos de humanas, através do estabelecimento de um maior diálogo com cada um dos campos apontados. Escrevendo em 1963, ele não podia antever o grande salto que a Antropologia Cultural daria em sua inserção nos cursos de graduação Brasil afora, nem que seria responsável pela absorção dos quadros formados constituindo um campo próprio de trabalho para o antropólogo no Brasil.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA - ORGANIZANDO A MEMÓRIA DE UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

Além de Castro Faria, muitos outros autores foram desenvolvendo interpretações sobre a formação da antropologia no Brasil na segunda metade do século XX. Considerando aspectos relativos à formação e aos desafios existentes para equalizar questões de gênero, poder e relação centro-periferia na Antropologia no Brasil, optamos por iniciar o debate a partir da análise da produção bibliográfica da Associação Brasileira de Antropologia, tendo em vista a sua função ordenadora não apenas de uma narrativa sobre a formação, mas, sobretudo, por sua função ordenadora do próprio campo. Escolhemos, mais especialmente, considerar o esforço empreendido em se construir uma memória e uma história oficial, em especial, no formato de seminários e publicações – o que parece constituir uma espécie de ilusão biográfica de si. Aqui, ao contrário do abordado por Bourdieu (Bourdieu, 1996, p. 74-82), em “uma ilusão institucional”, reconhecemos os limites desse caminho ao exigir que se tenha clareza de que estamos lidando com um complexo processo de constituição do campo e das disputas narrativas nem sempre explicitadas.

Quando ainda era estudante de mestrado em educação na Unicamp, Janaina Damaceno Gomes (2013), que investigava o cotidiano de estudantes negros na própria instituição, constatou não existir nenhuma obra de referência sobre mulheres negras no ensino superior e, já projetando um tema para um futuro projeto de doutorado, iniciou um exercício de pesquisa.

Foi então que, ao ler a primeira versão do relatório UNESCO sobre relações raciais em São Paulo (1955), localizou o texto de Virgínia Bicudo e, como não a conhecia, passou a buscar referências acerca do seu trabalho.⁴

Não sabia, ainda, que se tratava de uma socióloga negra, e se deparou com a referência na Sociedade Brasileira de Psicanálise. Aliás, a biblioteca da sociedade levava o seu nome, numa homenagem póstuma, como também o texto de apresentação do equipamento a identificava como uma mulher negra. Como diz Gomes: “achava que talvez fosse coincidência Virgínia Bicudo ser esta Virgínia Bicudo. Afinal, se uma mulher negra havia trabalhado no Projeto UNESCO isso deveria estar registrado em algum lugar.” (Ibid, p. 16). É a partir daí, ao se debruçar sobre essa questão – que vai resultar no empreendimento da tese –, que a autora constata que poucos conheciam de fato Virgínia Bicudo e que estes, em geral, não sabiam que ela era negra. O esforço então vai se fazer no sentido de apresentar como se vêm construindo a história intelectual de homens e mulheres negras na academia e quais são os processos de fabricação do esquecimento e da memória em relação a determinados sujeitos. Dialogando com a abordagem sugerida por Mariza Corrêa (2003), ao refletir sobre a história da institucionalização das ciências sociais no Brasil, esta mostra que é possível, ao se pensar em personagens importantes, gerar uma notoriedade retrospectiva, o que parece descrever, por exemplo, a situação que se atribui ao antropólogo Claude Lévi-Strauss, ao ser convidado para lecionar na USP, na década de 1930, quando era um jovem sem nenhuma das características que vão ser construídas por ele apenas nas décadas seguintes (1940-1950).

Faz-se então a atribuição da importância de se ter contado com Lévi-Strauss no processo de formação do campo acadêmico das Ciências Sociais – Antropologia. É o que Corrêa nos diz, que o renome adquirido a partir de um certo momento pode iluminar a vida inteira de um personagem (Corrêa, 2003, p. 21). Ou, ao contrário, e no processo de construção institucional das ciências sociais no nosso país é, ao se focar na história com personagens secundários, não “excepcionais”, podem ter uma importância maior do que aqueles tidos como principais. Então, o nosso exercício aqui é de que, ao trazer os depoimentos produzidos e recolhidos pela nossa

⁴ O Projeto de Pesquisa UNESCO, idealizado por Arthur Ramos e continuado por Alfred Metraux, patrocinou uma investigação no Brasil sobre os contatos entre raças e grupos étnicos, com o objetivo de determinar os fatores econômicos, sociais, políticos, culturais e psicológicos favoráveis ou desfavoráveis à existência de relações harmoniosas entre raças e grupos étnicos. Maio (2007) nos diz que, após a Segunda Guerra Mundial, o Brasil foi o local de pesquisa escolhido por ser visto como um laboratório de civilização. Havia a crença difundida de que, diferente dos EUA ou da África do Sul, aqui não se produziu uma sociedade segregacionista, atravessada por ódio e conflito, tendo por base a raça. No caso do projeto referente ao Estado de São Paulo, contou-se com o apoio financeiro da Revista Anhembi e o projeto foi intitulado “Raça e Sociedade: o preconceito racial em São Paulo” – vale ressaltar a ambiguidade e inconsistência que devem ser evitadas numa pesquisa comprometida com o próprio negro. O projeto iniciou-se em 1951 e buscava trazer o conhecimento da realidade racial brasileira. A hipótese sustentada por Donald Pierson é de que o Brasil se constituiu enquanto um caso neutro na manifestação do ‘preconceito racial’, tese a ser revista, mesmo que a Unesco indicasse o desejo de confirmar o ‘paraíso racial’ (Bastos, 2007).

associação profissional, somos confrontadas com questões que parecem nos estimular a indicar que as bases utilizadas se tornam matéria-prima de reflexão.

Propomos trazer aqui a coletânea organizada pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA), intitulada “Homenagens Associação Brasileira de Antropologia 50 anos”, organizada por Cornelia Eckert e Emilia Pietrafesa de Godoi, em 2006. A partir do Sumário, podemos nos perguntar: qual foi o eixo que articulou as contribuições e reflexões? Indica-se que o esforço foi o de se construir a antropologia em diferentes lugares do Brasil, e os eventos propostos deveriam abranger as cinco regiões do Brasil. É possível se perguntar se o resultado apresentado expressa a proposta enunciada.

Na modulação proposta, destacam-se as localizações geográficas/regionais, o que poderia indicar antecipadamente ao leitor um eixo, através do qual se reconheceria os centros percebidos enquanto tradicionais e a presença dos locais mais periféricos. Ao abrir o sumário, o leitor encontra uma ênfase em torno da cidade de Campinas (SP) e da Unicamp, diante da qual seria possível especular que o local é simplesmente o reflexo da localização institucional da professora organizadora – Emília P. de Godoi – e da situação que caracterizou durante décadas a existência e a ‘fixação’ da secretaria da ABA. A cada dois anos, quando se realizava a eleição da nova diretoria, a instituição do(a) Presidente(a) tornava-se a sede (provisória) naquele biênio. Então, a itinerância se fez presente ao longo da história da instituição, até que, diante das situações burocráticas, se definiu pela fixação da estrutura administrativa/burocrática da ABA, e se fez a escolha por Brasília, a capital do país e a sede das instituições políticas e das agências de fomento mais destacadas.

Estamos diante de uma questão a ser enunciada e que reflete o esforço do dossiê que propusemos na revista Raízes: a construção da antropologia e a sua dispersão por todo o território nacional. Podemos então, sem que se faça uma afirmação, apenas recuperar a disposição dos textos e autores no balanço da ABA 50 anos.

As Associações Científicas constituem um quadro histórico específico. Em Recife, no ano de 2004, ao assumir a presidência da associação, Miriam Pillar Grossi pede a colaboração dos colegas que assumiram a diretoria “para realizar o empreendimento de organizar encontros comemorativos no maior número possível de cidades e em instituições universitárias do país.” (Eckert; Godoi, 2006, p. 15).

Os objetivos enunciados são: a promoção de um amplo e descentralizado debate sobre o estado de arte da ABA hoje, colocando em pauta seus compromissos em um novo século, com os erros e aprendizados de uma longa trajetória; a continuidade de um aprimoramento da Associação, iniciada no esforço de diretorias que a haviam antecedido; a elaboração de um projeto capaz de amalgamar a diversidade de interesses, de reivindicações, de

encaminhamentos, e, sobretudo, de responder à demanda dos alunos de graduação em humanidades e pós-graduação em antropologia, assim como da profissionalização da atuação do antropólogo no Brasil (Ibid, p. 15).

A secretaria da Associação foi instalada na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde foram organizados os diversos eventos comemorativos da ABA 50 anos. Contudo, ao longo do ano de 2005, foi proposto que os eventos acontecessem nas seguintes instituições e localidades: Campinas, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Curitiba na Universidade Federal do Paraná (UFPR); em Porto Alegre, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); em Florianópolis, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); em São Paulo, capital, na Universidade de São Paulo (USP); nas capitais Boa Vista e Manaus, respectivamente Universidade Federal de Roraima e Universidade Federal do Amazonas (UFRR e UFAM); em Belo Horizonte, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); em Recife, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); em Natal, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); em Salvador, na Universidade Federal da Bahia (UFBA); em Maceió, na Universidade Federal de Alagoas (UFAL); e, em 2006, continuaram os encontros com o propósito, agora em Brasília, na Universidade de Brasília (UnB); em Belém, na Universidade do Pará (UFPA); e, concluindo, em Goiânia, nas Universidades Federal de Goiás e Universidade Católica de Goiás (UFG e UCG).

A primeira iniciativa do projeto foi a de reunir os ex-presidentes na Assembleia da ABA na Unicamp e realizar um evento comemorativo. A diretora regional da ABA, Emília P de Godoi, foi responsável pela organização local. Iniciamos com a Unicamp, Campinas e São Paulo, e seguimos com o texto que recupera o projeto de História da Antropologia no Brasil, iniciado por Mariza Corrêa, ao mesmo tempo em que buscamos a origem do departamento de antropologia. A seguir, convidamos o leitor a se inteirar ou a recuperar ou mesmo constituir uma visão do campo da antropologia, aliás, da ABA, através da atuação desta, a partir das demandas sociais e políticas. Somos, assim, apresentados ao exercício de recuperação da importância da Reunião Brasileira de Antropologia no ano de 1974.

A segunda seção deste dossiê se propõe a apresentar as questões que dariam à antropologia o caráter atual. Todos os autores (Eunice Durham, Manuela Carneiro da Cunha, Roque Laraia, Gustavo Lins Ribeiro e Yvonne Leite) se localizam, institucionalmente, no eixo São Paulo-Rio de Janeiro e Brasília; e estiveram à frente da direção da ABA. Podemos nos perguntar quais seriam os elementos ressaltados, uma vez que, além da relevância da antropologia, haveria a interface diante de problemáticas que afetavam não só a sociedade nacional, como também uma dimensão ainda maior, num plano global. Uma das questões apresentadas é sobre os

conhecimentos tradicionais biológicos e antropológicos, amplificados pela incorporação da dimensão global e geopolítica.

Passamos agora para a seção que dialoga mais diretamente e sustenta o empreendimento: a atuação da ABA no seu meio século de existência, e que vai se reconhecer pela enunciação através de eventos locais. E aqui as localidades vão se alternando, ao que parece, a partir das disponibilidades apresentadas para a realização dos eventos. Supostamente, a coincidência desses eventos levará posteriormente à uma manutenção de um ponto de memória institucional. Contudo, as condições de eleição e escolha não são explicitadas, levando o leitor apenas a intuí-las. O caminho parece se apoiar preferencialmente no viés memorialista. Porém, os fios narrativos vão se mostrar restritos ao construir centros de ensino no plano dos cursos de graduação, e, mais ainda, o desdobramento da produção em cursos de pós-graduação.

De modo sumário, temos Florianópolis, com a rememoração do 9º encontro da associação que se fez nessa cidade. Depois, seguimos para Natal, que vai ecoar o balanço de uma antropologia no Rio Grande do Norte, expressando a produção de um fio narrativo e histórico sobre o primeiro mestrado em antropologia social na UFRN, construindo a memória a partir dos seus dois primeiros alunos e encerrando a incursão com um exercício de reminiscência de uma antropologia: lembranças do Mestre Veríssimo de Melo.

Passamos então ao estado de São Paulo e à USP, que se apresenta em termos da realização de uma mesa que buscou homenagear as “grandes damas”. (ECKERT; GODOI, 2006, p. 151) e continuou com o esforço de buscar as reminiscências, os depoimentos e a permanência da associação.

Seguimos para o Paraná, que vai reproduzir o que parece ser um dos modelos: a própria associação, a criação de uma antropologia na região (e aqui o recorte é para a construção em termos institucionais – cursos de graduação e pós-graduação no interior da universidade) e a homenagem / escuta no tom do depoimento e da memória. Saindo do Paraná chegamos à UFRGS, na cidade de Porto Alegre. Aqui, temos o ‘Testemunho de Porto Alegre’, alinhavando o começo da Antropologia no âmbito da UFRGS e passando aos depoimentos. Para essa instituição, temos o diferencial porque somos apresentados ao exercício de trazer a trajetória da associação como instrumento para forjar a identidade da antropologia.

Na sequência, chegamos à região norte do país, com uma sessão construída a partir das universidades federais de Roraima e do Amazonas. Um artigo apresenta a história da antropologia nessa região e os demais se inspiram na reunião que propõe festejar os cinquenta anos e trazer um ‘antropólogo’ testemunha do tempo e da história.

Voltamos para o sudeste e temos, agora, o balanço das Minas Gerais, com a apresentação da atividade e de uma reflexão sobre a antropologia no interior da UFMG,

seguindo por uma discriminação das principais áreas: a arqueologia do Museu de História Natural, o exercício do ensino, a criação da pós-graduação em antropologia e os seus desdobramentos.

Seguimos então para o Nordeste, iniciando com Salvador, Bahia, destaque que se busca reivindicar: realizou a reunião precursora de 1953, que se seguiu à fundação da ABA, tendo voltado a sediar uma reunião da ABA nos anos 1990. O evento procura apresentar a história da antropologia no Estado enquanto representativa do próprio campo, e, através do depoimento, recupera-se e homenageia-se Thales de Azevedo. E agora “Recife”, isto é, os antropólogos que se fazem a partir da cidade e da instituição (UFPE) e são chamados a desenvolverem suas descrições com foco na cidade, pois esta cidade experimentou “três memoráveis encontros – as reuniões brasileiras de antropologia”. Recife foi sede da última RBA, em 2004, e contou com mais um fórum comemorativo, tendo a antropologia que se faz em Pernambuco como a grande homenageada. “Em um belíssimo texto, os professores Antonio Motta, Renato Athias e Russel Parry Scott tecem suas reminiscências que a todos envolvem no encantamento do saber e fazer antropológicos, trazendo em alto relevo as linhagens pernambucanas.” (op. cit., p.18-19). Com relação ao Estado de Alagoas, Maceió, a antropologia será recuperada a partir do papel de Théo Brandão, como um fundador da antropologia na região.

No último quarto deste dossiê, chegamos ao estado do Pará, na cidade de Belém, através da UFPA, que se apresenta pela trajetória de Eduardo Galvão, com a crise da UnB e a VII RBA, seguindo-se pela possibilidade de apresentar histórias e memórias da antropologia na região. E Concluimos o percurso com a história da antropologia em Goiás, feita de reminiscências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alguns elementos, por nós destacados, podem refletir o esforço para se construir uma memória, aliás, uma história da formação da antropologia no Brasil, assim como a escolha de um nexos institucional, e, conseqüentemente, um recorte temporal. A criação da Associação Brasileira de Antropologia estabeleceu a possibilidade de colocar essa narrativa como questão, sobretudo na ocasião das comemorações do seu cinquentenário. Mariza Corrêa (ex-presidenta da ABA, professora da Unicamp, fundadora do projeto Memórias da Antropologia no Brasil), através das múltiplas inserções, ao discorrer sobre a própria trajetória, nos indica uma questão que nos parece central e que aparece de modo incidental: “A história da antropologia era, enfim, uma história emocionante: quanto mais sabíamos, mais queríamos saber. Ao mesmo tempo, percebíamos, ou intuíamos, que boa parte das histórias que íamos ouvindo eram,

paradoxalmente, histórias para não serem contadas: algumas histórias de amor e morte, outras histórias de pequenas intrigas de bastidores” (2006, p. 35).

Ainda segundo a autora, embora parte das histórias não possa ser contada “elas ajudam os pesquisadores a emprestar significado às histórias contadas, a entender melhor certos movimentos dos personagens”. (Idem, p. 35). Foi a partir dessa entrevista realizada em 1985 [com, à época, a esposa e companheira de pesquisa de Lévi-Strauss, Dina], na qual fica muito claro como nos lembramos e nos esquecemos das coisas, que a fez se dedicar “a um trabalho de recuperação de algumas das personagens femininas da nossa história” (Idem. p. 36), essas, quase sempre, como vimos neste texto e nos outros artigos que compõem o dossiê, silenciadas.

Trazer à tona a narrativa de participação de mulheres nordestinas na constituição da Antropologia não é mero capricho ou revisionismo banal. Elas permitem compreender o solo a partir do qual emergiu o campo mais recente da Antropologia brasileira, constituído com os processos de interiorização e expansão da universidade, fomentados pelo REUNI e pelas legislações vinculadas aos domínios étnico-raciais. A retomada do crescimento dos espaços institucionais da Antropologia no século XXI foi fomentada pela presença de departamentos mistos, mantidos em parte por essas mulheres. Cada geração estabelecida entre a formação da disciplina e os dias atuais permitiu o acúmulo de experiências e expertises teóricas e metodológicas (em parte substituídas), mas, também, burocráticas e administrativas, que asseguraram a continuidade da disciplina em diferentes espaços de formação e geográficos ao longo do tempo. Recuperar, portanto, a trajetória dessas mulheres permite romper com a perspectiva de uma história única, sempre empobrecedora e pouco real. E, ademais, torna o projeto de narrar o campo mais próximo dos métodos postulados pela própria disciplina – permite conhecer a diversidade de formas e concepções.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Trajetória em transcendas: Luiz de Castro Faria (1913-2004). In: ALMEIDA, A.W.B; DOMINGUES, H.M.B. (orgs.). *Antropologia: duas ciências. Notas para uma história da Antropologia no Brasil*. Brasília: CNPq; Rio de Janeiro: MAST, 2006. p. 91-109.

BARROS, Maria Cândida Drumond Mendes. A missão Summer Institute of Linguistics e o indigenismo latino-americano: história de uma aliança (décadas de 1930 a 1970). *Revista de Antropologia*, São Paulo, 2004, V. 47 No 1. Pp. 45-85.

CASTRO FARIA, L. A Antropologia no Brasil e na tradição do Museu Nacional. In: CASTRO FARIA, L. *Antropologia: escritos exumados. Espaços circunscritos: tempos soltos*. Niterói: EdUFF, 1998 [1942]. pp. 15-26.

CASTRO FARIA, L. *Pesquisas de Antropologia Física no Brasil*. Boletim do Museu Nacional, n. 13, 1952. http://www.ppgasmn-ufRJ.com/uploads/2/7/2/8/27281669/boletim_do_museu_nacional_13.pdf

CASTRO FARIA, L. Dez anos após a primeira Reunião Brasileira de Antropologia. In: CASTRO FARIA, L. *Antropologia: escritos exumados. Espaços circunscritos: tempos soltos*. Niterói: EdUFF, 1998 [1963]. pp. 27-54.

CASTRO FARIA, L. *Um outro olhar: diário da expedição à Serra do Norte*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2001.

CASTRO FARIA, L. Antropologia: duas ciências. In: ALMEIDA, A.W.B; DOMINGUES, H.M.B. (orgs.). *Antropologia: duas ciências. Notas para uma história da Antropologia no Brasil*. Brasília: CNPq; Rio de Janeiro: MAST, 2006. pp. 15-64.

CASTRO FARIA, L. Um sábio maranhense no Museu Nacional. In: DOMINGUES, H.M.B.; ALMEIDA, A.W.B (orgs.). *Raimundo Lopes: dois estudos resgatados*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010. pp. 7-13.

BASTOS, Élide Rugai. “UNESCO / ANHEMBI: um debate sobre a situação do negro no Brasil”. In: PEREIRA, Claudio & SANSONE, Lívio (org). *Projeto UNESCO no Brasil: textos críticos*. Salvador: EDUFBA, 2007. pp. 251-269.

BOURDIEU, Pierre. “Apêndice 1: A ilusão biográfica”. In: BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. Campinas, São Paulo: Papirus, 199, pp. 74-82.

CORRÊA, Mariza. *Antropólogas e Antropologia*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

ECKERT, Cornelia & GODOI, Emilia P. de (org). *Homenagens: Associação brasileira de antropologia: 50 anos*. Blumenau: Nova Letra, 2006.

FRADE, Everaldo Pereira. Heloísa Alberto Torres e a fiscalização das expedições científicas no Brasil: uma intelectual na defesa do patrimônio científico brasileiro (1934-1937). In: *17º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia (SNHCT)*, Rio de Janeiro, Unirio, 2020.

GOMES, Janaína Damasceno. *Os segredos da Virgínia: Estudo de atitudes raciais em São Paulo (1945-1955)*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). PPGAS, USP, São Paulo, 2013.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. *Coleções e expedições vigiadas: os etnólogos no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil*. São Paulo: Hucitec, ANPOCS, 1998.

LARAIA, R. *Os primórdios da Antropologia Brasileira*. Manaus: PNCSA/UEA Edições, 2017.

MAIO, Marcos Chor. “Modernidade e Racismo Costa Pinto e o projeto Unesco de relações raciais”, In: PEREIRA, Claudio & SANSONE, Lívio (org). *Projeto UNESCO no Brasil: textos críticos*. Salvador: EDUFBA, 2007. pp. 11-24.

OLIVEIRA, R. C. O que é isso que chamamos de Antropologia brasileira?. *Anuário Antropológico*, 10 (1), 227–246. 2018 [1985].